

Diário Oficial



Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Ano CIII • Nº 04

Edição eletrônica

Recife, quarta-feira, 07 de Janeiro de 2026

Comércio segue regras para doar e reutilizar alimentos

55 milhões de toneladas de alimentos são desperdiçadas por ano no Brasil

HELENA ALENCAR

O desperdício de alimentos ainda é uma realidade a ser combatida no Brasil. De acordo com um estudo realizado pelo Instituto Pacto contra a Fome, mais de 55 milhões de toneladas são desperdiçadas anualmente no país.

Cerca de um terço desse total é perdido nas fases de processamento e comercialização dos produtos. As principais causas disso são o mau planejamento e gerenciamento de estoque, o descarte inadequado de produtos imperfeitos e o manuseio incorreto ou excessivo do alimento.

Por outro lado, os últimos dados da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que, apesar de o Brasil ter saído do Mapa da Fome novamente em 2025, 13,5% da população ainda se encontra em situação de insegurança alimentar grave – quando as pessoas ficam sem comida ou passam um dia ou mais sem comer –, ou moderada, se a qualidade ou quantidade de alimentos for baixa.

Em Pernambuco, uma norma em vigor desde 2019 regulamenta a doação por estabelecimentos comerciais de produtos alimentícios aptos para consumo. Os itens podem ser destinados a

instituições que apoiam pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, desde que se cumpra algumas regras.

As diretrizes estão contidas na Lei nº 16.713, de iniciativa do deputado Romero Albuquerque (PP). Ao propor a medida, o parlamentar destacou os impactos social e financeiro positivos, além da “diminuição do impacto negativo ambiental ao serem destinados excedentes de alimentos para consumo ao invés de serem lançados em aterros sanitários”.

As regras valem para restaurantes, padarias, supermercados, feiras, mercados populares e centrais de distribuição. Podem ser doados ou reutilizados alimentos que não foram consumidos e estiverem adequadamente conservados. Também aqueles fora dos padrões para comercialização, mas aptos para consumo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Um supermercado na Zona Sul do Recife dá exemplo. A cada semana, o estabelecimento destina 500 quilos de alimentos que iriam para o lixo para uma



FOTO: GABRIEL COSTA

VOLUNTARIADO – Instituto recebe doações para fazer marmitas solidárias

instituição que oferece marmitas e produtos alimentícios a pessoas em situação de rua ou extrema pobreza.

“Foi o jeito que encontramos de atrelar o nosso compromisso social com a ajuda às pessoas que mais precisam. Muitas vezes, frutas e legumes que estavam com pouco valor de venda por pequenos machucados, mas estavam próprios para o consumo, acabavam sendo descartados porque não estavam adequados para a venda aqui na loja”, explica a representante do Departamento Comercial do mercado, Ana Beatriz da Silva.

Para ela, a legislação sobre o tema é fundamental para guiar os comércios que

querem fazer doações. “É muito importante ajudar o próximo sabendo que está tudo dentro da lei”, opinou.

A instituição beneficiada pelas doações do supermercado retira os alimentos no local semanalmente com a ajuda de voluntários. Com os produtos, prepara e distribui cerca de 120 marmitas solidárias por dia para pessoas em situação de rua. Também organiza um mercado solidário para pessoas que vivem em pobreza extrema.

“Recebemos aquele alimento que está um pouco amassado ou mexido, mas que é bom para consumo. Tanto que a gente produz nossa própria marmita com

esses itens”, conta a presidente do Instituto Vizinhos Solidários, Maria Eduarda Fernandes.

Insegurança alimentar afeta 13,5% dos brasileiros

A corrente do bem acaba beneficiando não apenas quem precisa, mas todas as partes envolvidas. “A gente sente gratidão e muita felicidade por estar contribuindo com a sociedade”, reforça Ana Beatriz.

FOTO: ROBERTA SOARES



INICIATIVA – Romero Albuquerque aponta impactos sociais e ambientais da norma

A seção de notícias do Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo é produzida pela **Superintendência de Comunicação Social**.

EXPEDIENTE: Superintendente: Arthur Cunha; **Chefe do Departamento de Jornalismo:** Júlia Guimarães; **Gerente de Imprensa e Site:** André Zahar; **Pauta:** Tatiane Cybelle Góes; **Edição do site:** Haymone Neto, Helena Alencar; **Edição do DO:** Carlos Sinésio; **Reportagem:** Amanda Arruda, Amanda Seabra, Cecília Nascimento, Edson Alves Jr., Eliza Kobayashi, Isabela Senra, Isabelle Costa Lima, Júlia Nazário, Ruane Barbosa, Thiago Cavalcanti; **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Repórteres Fotográficos:** Anju Monteiro, Evane Manço, Gabriel Costa, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Manu Vitória, Nando Chiappetta, Roberta Guimarães; **Fotógrafo Arquivista:** Gabriel Laprovitera; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** João Pinheiro; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. **Fone:** 3183-2126 PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR

Atos

ATO Nº. 825/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Diário Oficial do dia 06 de janeiro de 2026.

Sala Torres Galvão, 06 de janeiro de 2026.

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO Nº. 826/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Diário Oficial do dia 06 de janeiro de 2026.

Sala Torres Galvão, 06 de janeiro de 2026.

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO Nº. 827/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite 000044/2026, do Presidente, Deputado Álvaro Porto, RESOLVE: exonerar LUCIANO JOSE RIBEIRO SILVA, do cargo em comissão de Assessor Adjunto, Símbolo PL-ADJ, da Estrutura da Superintendência Parlamentar, nomeando para o referido cargo, JOSÉ GONÇALVES DA SILVA, a partir do dia 05 de janeiro de 2026, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17 e, 18.355 do dia 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 06 de janeiro de 2026.

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO Nº. 828/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido Alepe Trâmite nº 15773/2025, do Presidente da Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência e Atipicidades, Deputado Gilmar Júnior, RESOLVE: exonerar MARIA CLARA RIBEIRO NEVES DE ALBUQUERQUE ANGELO, do cargo em comissão de Assessor Especial de Comissão Permanente, símbolo PL- AECp, retroagindo seus efeitos ao dia 31 de dezembro de 2025, nos termos da Lei nº 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 06 de janeiro de 2026.

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO Nº 829/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000010/2026, do Gabinete do Deputado Junior Matuto, RESOLVE: nomear EDSON GONCALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR DE EXPEDIENTE - PL-COE daquele Gabinete Parlamentar nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 06 de Janeiro de 2026

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO Nº 830/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000014/2026, do Gabinete do Deputado Dannilo Godoy, RESOLVE: exonerar RICARDO LEONI CRESPO DE MATOS do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, nomeando para o referido cargo, MARIANA DA COSTA SANTOS, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 83.0%, a partir do dia 01 de Janeiro de 2026, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 06 de Janeiro de 2026

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO Nº 831/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000015/2026, do Gabinete do Deputado Sileno Guedes, RESOLVE: exonerar LUCIVANIA FERNANDES BELCHIOR do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL ADJUNTO - PL-ASCA daquele Gabinete Parlamentar, nomeando para o referido cargo, MARCÍLIO RÉGIO SILVEIRA DA COSTA, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 50.0%, a partir do dia 01 de Janeiro de 2026, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 06 de Janeiro de 2026

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Portaria

PORTARIA Nº. 221/2026

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a Lei Estadual nº 13.299, de 21 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial de 22/09/07, e de acordo com o Alepe Trâmite nº 15753/2025, e no Ofício nº 535/2025, do Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, Deputado Antônio Coelho, RESOLVE: designar os servidores abaixo discriminados para compor o Grupo Temporário de Trabalho para atuar no período de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2026, junto a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, nas fases de preparação, análise, tramitação e acompanhamento da execução do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), do Projeto de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) e suas revisões e das Emendas Parlamentares Impositivas, com a seguinte composição:

NOME	FUNÇÃO	SÍMBOLO
CLAUDIO ROBERTO DE BARROS ALENCAR	COORDENADOR GERAL	PL-CD
GUILHERME STOR DE AGUIAR	COORDENADOR ADJUNTO	PL-CD
MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAUJO FILHO	COORDENADOR TÉCNICO	PL-CD
ERICK BEZERRA DE SOUZA	COORDENADOR ADMINISTRATIVO	PL-CD
CILANO MEDEIROS DE BARROS CORREIA SOBRINHO	COORDENADOR JURÍDICO	PL-CD
ANDRÉ PIMENTEL PONTES	COORDENADOR TÉCNICO ADJUNTO	PL-CD
EDNILSON DA SILVA CARDOSO	COORDENADOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO	PL-CD
ALEXANDRE TORRES VASCONCELOS	COORDENADOR TÉCNICO JURÍDICO	PL-CD
LEANDRO RAFAEL DE MELO AGUIAR	ANALISTA TÉCNICO	PL-CD
FERNANDA IARA DE CARVALHO PARENTE ARAUJO	ANALISTA ADMINISTRATIVO	PL-CD
FERNANDO OTÁVIO LAPENDA DE MELO	ANALISTA JURÍDICO	PL-CD
FÁBIO VINICIUS FERREIRA MOREIRA	SECRETÁRIO GERAL	PL-TEC
DANIEL ALVES BEZERRA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	PL-TEC
FILIPE LUIZ MÊLO DA COSTA MONTEIRO	APOIO DE INFORMÁTICA	PL- AP2
CLAYTON JOSÉ ARAUJO DE AGUIAR	APOIO DE INFORMÁTICA	PL- AP2
ADRIANA AUXILIADORA MEDEIROS DE MORAES	APOIO LEGISLATIVO	PL- AP2
ANA CECÍLIA DE ARAÚJO LIMA	APOIO JURÍDICO	PL- AP2
ALÉCIO NICOLAK JUNIOR	APOIO LEGISLATIVO	PL- AP2
WANESSA SILVA BARBOSA	APOIO ORÇAMENTÁRIO	PL- AP2
SANDRA MARIA SILVA COSTA	APOIO ORÇAMENTÁRIO	PL- AP2
REMILTON JOSÉ DE MELO JÚNIOR	APOIO CONTÁBIL	PL- AP2
MARLEIDE AUTRAN LINS DA SILVEIRA	APOIO FINANCEIRO	PL- AP2

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 06 de janeiro 2026.

Deputado FRANCISMAR PONTES
Primeiro Secretário

Licitações e Contratos

PORTARIA Nº 001 - CT, DE 06 DE JANEIRO DE 2026

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Alepe Trâmite nº 15800/2025, criado pela Comissão de Licitação.

RESOLVE: Designar o servidor JOSÉ AIRTON PAES DOS SANTOS, Matrícula nº 63.020, como Gestor do Contrato nº 069/2025, e o servidor AUGUSTO CÉSAR GOMES DE LIRA, Matrícula nº 63.531, como Fiscal do referido Contrato, firmado entre este Poder e a empresa PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 69.112.514/0001-35, cujo objeto é a contratação, por inexigibilidade, da empresa Primasoft Informática Ltda, para a execução do objeto de atualização da ferramenta Sophia de biblioteca e acervo histórico da Alepe, com serviço de manutenção mensal, por 12 (doze) meses, com efeitos a contar do dia 19 de dezembro de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 06 de janeiro de 2026.

Deputado FRANCISMAR PONTES
Primeiro Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MESA DIRETORA

Presidente, Deputado Álvaro Porto

1º Vice-Presidente, Deputado Rodrigo Farias

2º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor

1º Secretário, Deputado Francismar Pontes

2º Secretário, Deputado Claudiano Martins Filho

3º Secretário, Deputado Romero Sales Filho

4º Secretário, Deputado Izaías Régis

1º Suplente, Deputado Doriel Barros

2º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho

3º Suplente, Deputado Romero Albuquerque

4º Suplente, Deputado Fabrizio Ferraz

5º Suplente, Deputado William Brígido

6º Suplente, Deputado Joaozinho Tenório

7ª Suplente, Deputada Socorro Pimentel

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Superintendente-Geral - Aldemar Silva dos Santos

Procurador-Geral - Hélio Lúcio Dantas Da Silva

Secretário-Geral da Mesa Diretora - Mauricio Moura Maranhão da Fonte

Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva

Ouvidor-Geral - Deputado Pastor Cleiton Collins

Ouvidor-Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno

Superintendente Administrativo - Roberto Vanderlei de Andrade

Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo

Superintendente de Planejamento e Gestão - Edécio Rodrigues de Lima

Coordenador-chefe Militar e de Segurança Legislativa - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo

Superintendente de Gestão de Pessoas - Bruno da Silva Araujo Pereira

Superintendente de Comunicação Social - Arthur Henrique Borba da Cunha

Superintendente de Tecnologia da Informação - Braulio Jose de Lira Clemente Torres

Chefe do Cerimonial - Francklin Bezerra Santos

Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Wildy Ferreira Xavier

Superintendente da Escola do Legislativo - Alberes Haniery Patrício Lopes

Superintendente Parlamentar - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior

Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Jose Airton Paes dos Santos

Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa - Ariosto Esteves



COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA:

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
(Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)

Secretário-Geral da Mesa Diretora
Maurício Moura Maranhão da Fonte

Chefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
Fábio Vinicius Ferreira Moreira

Assistentes técnicos
Alécio Nicolak e Anderson Galvão